

RELATÓRIO E CONTAS 2025



AMADEU DIAS
FUNDAÇÃO

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the person responsible for the document.

Índice

RELATÓRIO E CONTAS 2025.....	1
1. Relatório de Gestão	3
1.1. Apreciação global da gestão.....	3
1.2. Análise Económico Financeira	4
1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício.....	6
1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais.....	6
1.5. Proposta de aplicação de resultados	6
1.6. Perspetivas futuras.....	6
1.7. Encerramento.....	7
2. Balanço	8
3. Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	9
4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	10
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
6. Identificação da Entidade.....	12
6.1. Órgãos Sociais	12
7. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	13
7.1. Referencial Contabilístico	13
7.2. Principais Políticas Contabilísticas	14
7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	20
7.4. Outras Informações	20
7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26
8. Certificação Legal das Contas	27
9. Parecer do Fiscal Único	31
10. Ata do Conselho de Administração.....	32
11. Ata do Conselho Superior	33



2

1. Relatório de Gestão

Nos termos das disposições estatutárias, vem a Administração da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS** (doravante designada por Fundação) apresentar o Relatório de Gestão, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Fundação tem como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

1.1. Apreciação global da gestão

1.1.1. Atividade da Fundação

O ano de 2025, apesar de todas as condicionantes conexas com a desaceleração da atividade económica que tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos, não foi impeditivo de que a Fundação Amadeu Dias prosseguisse as suas linhas de atuação, quer no que reporta à gestão e rentabilização dos seus ativos patrimoniais e financeiros, quer na vertente da prossecução dos seus fins estatutários, e sempre salvaguardando o seu património institucional.

Por despacho nº 2643/2023, de 12.01.2022, publicado no DR. II, nº 41, de 27.02.2023, proferido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi renovado o estatuto de utilidade pública da Fundação Amadeu Dias, por mais dez anos (2023 a 2032).

1.1.2. Recursos Humanos

No que se refere à evolução dos efetivos e tendo em conta as atividades mencionadas no parágrafo anterior, no ano de 2025 a Fundação apenas teve encargos com uma funcionária, cumprindo-se assim o disposto na alínea a) do artigo 10º da Lei-Quadro das Fundações.

Neste enquadramento estão criadas condições organizativas mínimas para o funcionamento no próximo ano 2026 no sentido do preconizado pelos instituidores.

1.1.3. Apoios concedidos

Decorrente da sua política de atuação, a aplicação de fundos nas atividades fundacionais da Fundação é efetuada de molde a permitir que os custos com recursos humanos e administrativos de gestão dos diversos programas apoiados sejam limitados ao mínimo, pelo que a fundação atua predominantemente com base em protocolos de colaboração com outras instituições.

Assim, para o ano de 2025, e na estrita observância dos protocolos de colaboração anteriormente firmados e em execução, foram concedidos ao abrigo da Lei do Mecenato, os seguintes donativos:

- a) à Universidade do Porto, a verba de €40.000,00 (quarenta mil euros), destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional e científico no âmbito do acordo de cooperação existente para o ano letivo de 2025/2026.
- b) à SPECO- Sociedade Portuguesa de Ecologia, a verba de €6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional e científico no âmbito do acordo de cooperação existente, verba atribuída parta o ano de 2025.
- c) ao CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Porto, a verba de €30.500,00 (trinta mil e quinhentos euros) no âmbito do acordo de cooperação existente, nos projetos “BYT – Blue Young Talent” e BYT “Blue Young Talent Plus” para o ano letivo de 2025/2026.

1.1.4. Meios Financeiros

No decurso do exercício de 2025 os meios financeiros foram rentabilizados no sistema financeiro de forma adequada e prudente.

1.2. Análise Económico Financeira

Os principais indicadores económicos e financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentam-se como segue:

Evolução dos Rendimentos

(valores em euros)

	2025	2024	Variação	
			Valor	%
Rendas	230 898	224 320	6 578	3%
Juros Obtidos	234 873	287 022	-52 149	-18%
Ganhos em Instrumentos financeiros	12 754	0	12 754	0%
Imputação de Subsídios	30 596	30 596	0	0%
Outros ganhos	213	0	213	
TOTAL	509 334	541 937		

1.2.1. Evolução dos Gastos

(valores em euros)

Descrição	2025	2024	Var. %
Fornecimentos e Ser. Externos	113 898	99 278	14,73%
IUC	186	186	-
IMI	11 459	11 059	3,62%
Perdas em instrumentos financeiros	19 731	46 938	-57,96%
Adicional ao IMI	595	595	0,00%
Correções relativas a exercícios anteriores		0	-
Outros	1 603	0	
Donativos	77 000	77 000	0,00%
Total	224 472	235 056	

1.2.2. Resultados

	2025	2024	Variação	
			Valor	%
EBITDA	25 905	10 167	15 738	155%
EBIT	-51 616	-73 823	22 207	-30%
Resultado antes de impostos	183 243	213 199	-29 955	-14%
Resultado Líquido	183 243	213 199	-29 955	-14%

1.2.3. Estrutura Financeira

Rácios Financeiros	2025	2024
AUTONOMIA FINANCEIRA	99,73%	99,74%

O total dos Fundos Patrimoniais ascenderam a 14.767.730 €.

1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício

No exercício de 2025 foram investidas as seguintes verbas:

- 13.653,00 € referentes a obras
- 1.831,82 € referentes a equipamento administrativo

1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- Não existiram negócios entre a Administração e a Fundação no decurso do exercício de 2025.
- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução da atividade da Fundação.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

Assim nos termos legais e estatutários a Administração da Fundação propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido do exercício no montante de 183.243 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

1.6. Perspetivas futuras

Para 2026, em função da conjuntura da economia nacional e internacional, perspectiva-se dar continuidade ao modelo sustentado de gestão da fundação, quer através da rentabilização dos seus ativos patrimoniais e/ou financeiros, quer através da procura de novas oportunidades de

investimento seguro e prudente, não antecipando o Conselho de Administração impactos negativos significativos que possam pôr em causa a continuidade das operações da fundação nos próximos doze meses.

1.7. Encerramento

O Conselho de Administração agradece a confiança depositada às Entidades instituidoras, que constitui importante incentivo para o exercício da atividade que nos está cometida.

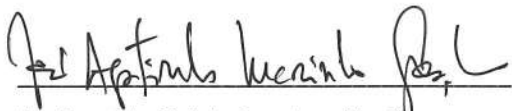
A todos os colaboradores e parceiros que contribuíram para o desempenho da Fundação, com o seu profissionalismo e dedicação a Administração expressa o seu agradecimento.

Alfragide, 9 de fevereiro de 2026


A Administração:



(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)



(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)



(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)

2. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7.4.1	3 741 942	3 803 979
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		3 741 942	3 803 979
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	7.4.2	71 664	142 158
Estado e outros entes públicos	7.4.8	0	7 604
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	7.4.3	38 225	38 850
Outros ativos correntes	7.4.4	1 308 899	1 061 040
Caixa e depósitos bancários	7.4.5	9 646 560	9 599 251
		11 065 349	10 848 903
Total do ativo		14 807 291	14 652 882
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7.4.6	5 000 000	5 000 000
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	7.4.6	7 881 328	7 668 130
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	7.4.6	1 703 159	1 733 754
		14 584 487	14 401 884
Resultado líquido do período	7.4.6	183 243	213 199
Total do fundo de capital		14 767 730	14 615 082
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0	0
Passivo corrente			
Fornecedores	7.4.7	1 942	2 540
Estado e outros entes públicos	7.4.8	1 184	410
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	7.4.3	20 960	20 960
Outros passivos correntes	7.4.9	15 475	13 890
		39 561	37 800
Total do passivo		39 561	37 800
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 807 291	14 652 882

3. Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	7.4.10	-113 898	-99 278
Gastos com o pessoal	7.4.11	-16 895	-9 693
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	7.4.12	274 461	254 916
Outros gastos	7.4.13	-117 763	-135 778
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		25 905	10 167
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.4.1	-77 522	-83 990
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-51 616	-73 823
Juros e rendimentos similares obtidos	7.4.14	234 873	287 022
Juros e gastos similares suportados	7.4.15	-13	
Resultados antes de impostos		183 243	213 199
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		183243,22	213 199

4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2024	1	5 000 000			7 588 552		1 764 350	79 577	14 432 480		14 432 480
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				79 577		-30 596	-79 577			
					79 577		-30 596	-79 577	48 982		-30 596
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							213 199	213 199		213 199
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							213 199	213 199		182 603
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações	5										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2024	6=1+2+3+5	7.4.7	5 000 000			7 668 130		1 733 754	213 199	14 615 082	14 615 083

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2025	1	5 000 000			7 668 130		1 733 754	213 199	14 615 082		14 615 083
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				213 199		-30 596	-213 199			
					213 199		-30 596	0	182 603		-30 596
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							183 243	183 243		183 243
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							183 243	183 243		183 243
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações	5										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2025	6=1+2+3+5	7.4.7	5 000 000			7 881 328		1 703 159	183 243	14 980 929	14 767 730

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-110 299	-101 935
Pagamentos ao pessoal		-12 475	-5 514
Caixa gerada pelas operações		-122 774	-107 449
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		7 604	
Outros recebimentos/pagamentos		131 533	69 102
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		16 363	-38 347
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-13 653	-42 859
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>		-612 036	-265 634
<i>Outros ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>		350 010	
<i>Outros ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		307 506	183 982
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		31 827	-124 511
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realização de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>		-882	
<i>Dividendos</i>			
<i>Redução de fundos</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-882	0
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		47 309	-162 858
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.4.5	9 599 251	9 762 110
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.4.5	9 646 560	9 599 251

6. Identificação da Entidade

6.1. Órgãos Sociais

6.1.1. Conselho Superior

Presidente: João Carlos da Costa Ferreira da Silva

Membro: Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

Membro: Sérgio Francisco

Membro: Válter Henrique Machado Malaquias

Membro: Pedro Miguel de Medeiros Cabral

Membro: José Agostinho Marinho Gonçalves

Membro: João Eduardo Marinho Gonçalves

6.1.2. Conselho de Administração

Presidente: Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

Vogal: José Agostinho Marinho Gonçalves

Vogal: João Eduardo Marinho Gonçalves

6.1.3. Comissão Executiva

Presidente: Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

Vogal: José Agostinho Marinho Gonçalves

Vogal: João Eduardo Marinho Gonçalves

A “Fundação Amadeu Dias” (doravante designada por Fundação) foi instruída por escritura pública de 26 de dezembro de 2002 e reconhecida por Portaria n.º 1333/2004, 2ª série, publicada no Diário da República n.º 299, de 23 de dezembro de 2004, conforme referido na alteração aos Estatutos da Fundação de 13 de fevereiro de 2013, com sede na Avenida da Quinta Grande, n.º 95, Alfragide - 2610-284 Amadora.

Fundação Amadeu Dias

Av. Da Quinta Grande, n.º 95 | 2610-284 Amadora | Tel +351 214 711 761 / 214 711 123

f.amadeudias@mail.telepac.pt

NIF 506 440 079

A Fundação tem em como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

Por despacho nº 2643/2023, de 12.01.2022, publicado no DR. II, nº 41, de 27.02.2023, proferido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi renovado o estatuto de utilidade pública da Fundação Amadeu Dias, por mais dez anos (2023 a 2032).

7. Anexo às Demonstrações Financeiras

7.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 de 29 de Julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho (Normas interpretativas 1 e 2).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Fundação, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não

contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

Em 2012, a Fundação integrou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo tal como a sua terminologia. Em 2016 foram introduzidas as alterações preconizadas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e, uma vez mais, adotada a nova terminologia e restantes alterações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Fundação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

7.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

7.2.1. Bases de Apresentação

7.2.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

7.2.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*” e “*Diferimentos*”.

7.2.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

7.2.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

7.2.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

7.2.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

7.2.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

7.2.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição adotou-se o critério de mensuração pelo método do custo previsto no parágrafo 7.10 do NCRF-ESNL.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas

Ativos Tangíveis	Vida Estimada
Edifícios e Outras Construções	12 a 50
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	4
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 10

7.2.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e outros créditos a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável.

As referidas perdas são registadas na conta de resultados do exercício em que se verificarem.

Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” inclui os instrumentos financeiros de curto prazo que se encontram valorizados ao justo valor.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

7.2.2.3. Custo de Empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

7.2.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Resultados transitados; e
- Subsídios, doações (de imóveis, etc) e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

7.2.2.5. Rédito e Outros Rendimentos

Os rendimentos e ganhos relativos a vendas, rendas, imputação e subsídios, juros e outras situações decorrentes da atividade ordinária da Fundação são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efetiva da operação.

7.2.2.6. Imposto sobre o rendimento do período

Foi requerido pela Fundação em 27 de dezembro de 2013 o reconhecimento do benefício da isenção de IRC para o exercício de 2013 e seguintes, nos termos do disposto no nº2 do artigo 10º do Código do IRC, tendo sido notificada da sua isenção através de despacho de deferimento nº 17816 de 17 de dezembro de 2014.

7.2.2.7. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

7.2.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

7.2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

7.4. Outras Informações

7.4.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

3.717.019

7.4.2. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Créditos a receber” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores diversos	2.139 €	-
Juros a receber	69.525 €	142.158 €
Total	71.664 €	142.158 €

7.4.3. Diferimentos

Fundação Amadeu Dias
Av. Da Quinta Grande, n.º 95 | 2610-284 Amadora | Tel +351 214 711 761 / 214 711 123
f.amadeudias@mail.telepac.pt
NIF 506 440 079

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Outros Custos Diferidos	38.225 €	38.850 €
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	-
Juros a receber		
Total	38.225 €	38.850 €
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de Imóveis	20.960 €	20.960 €
Subsídios	-	-
Credores por acréscimo de gastos	-	-
Outros acréscimos de gastos	-	-
Total	20.960 €	20.960 €

7.4.4. Outros ativos correntes

A rubrica de “Outros ativos correntes”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Instrumentos financeiros	1.308.899 €	1.061.040 €
Outros	-	-
Total	1.308.899 €	1.061.040 €

Esta rubrica contém ativos cuja variação do justo valor é mensurada através de contrapartida de resultados, respeitando aos seguintes investimentos:

- UPS Imomarvãs: 453.334,28 €
- BPI - GS AUTOCALL : 192.811, 51 €
- BPI - Obrig Plictet S ST : 662.753,67 €

7.4.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	241.560 €	263.251,29 €
Depósitos a prazo	9.405.000 €	9.336.000 €
Outros	-	-

Total	9.646.560 €	9.599.251 €
--------------	--------------------	--------------------

7.4.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	5.000.000 €	-	-	5.000.000 €
Resultados Transitados	7.668.130 €	213.199 €	-	7.881.328 €
Ajustamentos/Outras variações nos fundos (Doações)	1.733.754 €		30.596€	1.703.159 €
Resultado Líquido do Período	213.199 €	183.243 €	213.199 €	183.243 €
Total	14.615.082 €	396.442 €	243.795 €	14.767.730 €

7.4.7. Fornecedores

Os “Fornecedores” a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	1.942 €	2.540 €
Adiantamentos de fornecedores	-	-
Total	1.942 €	2.540 €

7.4.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Contribuições Segurança Social	1.184 €	410 €
Total	1.184 €	410 €

7.4.9. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Acréscimos de gastos	15.454 €	13.866 €
Credores diversos	21 €	24 €
Total	15.475 €	13.890 €

7.4.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Trabalhos Especializados	33.982 €	40.541 €
Publicidade e propaganda		207 €
Honorários	4.620 €	4.440 €
Materiais	20.125 €	15.455 €
Serviços Bancários		578 €
Deslocações e estadas	340 €	448 €
Eletricidade	11.324 €	10.004 €
Água	2.555 €	2.426 €
Seguros	4.867 €	3.684 €
Combustíveis	1.559 €	1.970 €
Rendas e alugueres	5.795 €	5.816 €
Contencioso e notariado	190 €	-
Limpeza, higiene e conforto	1.462 €	891 €
Gás	980 €	882 €
Comunicação	1.613 €	1.750,33 €
Outros serviços	3.314 €	4.164 €
Conservação e reparação	21.173 €	6.023 €
Total	113.898 €	99.278 €

7.4.11. Benefícios dos empregados

A rubrica de “Gastos com o pessoal”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Remuneração do pessoal	13.678 €	7.630 €
Encargos sobre remunerações	2.738 €	1.566 €
Seguros de acidentes de trabalho	241 €	264 €
Outros gastos com o pessoal	237 €	233 €
Total	16.895 €	9.693 €

Os Órgãos Sociais da Fundação não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos, cumprindo-se deste modo o limite de despesas próprias previsto na Lei-Quadro, no que respeita a despesas com pessoal e administração.

7.4.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Sinistros	213 €	
Rendas	230.898 €	224.320 €
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Imputação de Subsídios	30.596 €	30.596 €
Ganhos em instrumentos financeiros	12.754 €	-
Total	274.461 €	254.916 €

7.4.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	11.459 €	11.059 €
Adicional ao IMI	595 €	595 €
Impostos Indiretos	186 €	186 €
Perdas em instrumentos financeiros	19.731 €	46.938 €
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-
Outros	1.607 €	-

Donativos	77.000 €	77.000 €
Total	117.763 €	135.778 €

7.4.14. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Depósitos a prazo	225.718 €	275.565 €
Outras aplicações	9.155 €	11.457 €
Total	234.873 €	287.022 €

7.4.15. Juros e rendimentos similares suportados

A rubrica de “Juros e rendimentos similares suportados” a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Juros suportados	-13,42 €	0 €
Total	-13,42 €	0 €

7.4.16. Acontecimentos após data de Balanço

7.4.16.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data de Balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A administração entende revelar que não dispõe de informação suficiente e quantificável que possa servir de análise ao impacto da pandemia na Fundação face à grande incerteza latente no contexto económico nacional e internacional.

7.4.16.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas referentes a 2025 ascendem a 11.180 € acrescidos de IVA à taxa em vigor.

7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- a) A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- b) Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da sociedade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- c) Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- d) Não existiram negócios entre a Administração e a Fundação no decurso do exercício de 2025.

- e) Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- f) A Fundação não tem sucursais.

Alfragide, 9 de fevereiro de 2026

O Contabilista Certificado:



(José Maria dos Santos Mestre)

A Administração:



(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)



(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)



(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)

8. Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “**Fundação Amadeu Dias**” (**A Entidade**), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 14.807.291 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.767.730 euros, incluindo um resultado líquido de 183.243 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da “**Fundação Amadeu Dias**” (**A Entidade**) em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, valorizados ao custo de aquisição no montante de 3.741.942 euros, a Entidade não dispõe de avaliação dos imóveis, com o valor contabilístico de 3.717.019 euros, efetuada por peritos credenciados atualizada, que permita aferir sobre o justo valor na data de relato e eventuais perdas por imparidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 13 de fevereiro de 2026

Anjos & Associados – SROC, Lda
Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos
ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130

9. Parecer do Fiscal Único

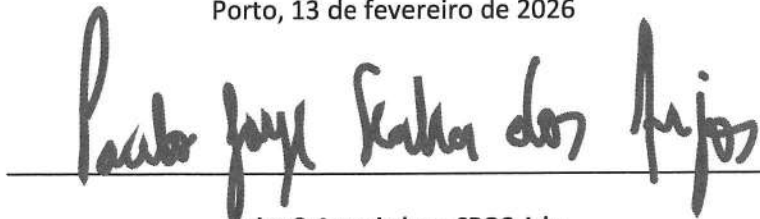


RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
EXERCÍCIO DE 2025

Exmos. Senhores,

- 1 - Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido, o Revisor Oficial de Contas da “**Fundação Amadeu dias**” (**A Entidade**), submete à apreciação o seu parecer referente ao Relatório de Gestão, ao Balanço, à Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e respetivo anexo, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2025.
- 2 - Acompanhamos a gestão global da Entidade e verificamos o adequado suporte, sob a forma de registos específicos, das Demonstrações Financeiras, tendo emitido a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual deve ser considerada como parte integrante deste relatório.
- 3 - No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - a) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o respetivo Anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
 - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da atividade da Entidade, evidenciando os aspetos mais significativos.
- 4 - Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que sejam aprovados:
 - a) O Relatório de Gestão;
 - b) As Demonstrações Financeiras;
 - c) A proposta de aplicação dos resultados

Porto, 13 de fevereiro de 2026



Anjos & Associados – SROC, Lda

Representada por: **Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos**
ROC n.º 1520, inscrito na CMVM sob o n.º 20161130